



CARTA POLÍTICA - EMA 2013

Nós, agricultores/as, técnicos/as, pesquisadores/as, professores/as e estudantes, representantes de movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, organizações da sociedade civil, trabalhadores/as das universidades e instituições públicas de pesquisa, extensão e da administração estatal, reunidos na Casa de Retiros São José, em Belo Horizonte, nos dias 30 de setembro, 1º e 02 de outubro de 2013, compartilhamos nossas experiências e refletimos sobre os entraves, os avanços, as perspectivas e os desafios da agroecologia em Minas Gerais e no Brasil.

Constatamos que persistem e se agravam no Estado de Minas Gerais as pressões sobre os territórios dos povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar camponesa, exercidas pelos empreendimentos do agronegócio, mineradoras, usinas hidroelétricas, empreendimentos imobiliários e unidades de conservação de proteção integral.

O avanço do agronegócio no campo brasileiro com suas monoculturas e, particularmente, em Minas Gerais, tem resultado no aumento do uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas, na contaminação e degradação dos recursos naturais, comprometendo a saúde, a segurança e a soberania alimentar, não só de quem vive no campo, mas também das populações urbanas. A mineração e a construção de minerodutos e barragens, no mesmo sentido, somente visam à exploração e exportação dos recursos naturais, sem contribuir efetivamente com o desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida da população.

Mesmo na contracorrente do modelo hegemônico de desenvolvimento do campo, acumulamos uma diversidade de experiências em agroecologia por todas as regiões do Estado, que se manifestam nas diferentes expressões da agricultura familiar camponesa, dos assentados e acampados da reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais, como os quilombolas, os indígenas, os geraizeiros, os catingueiros, os vazanteiros, os ribeirinhos, os apanhadores de sempre-vivas, os agricultores urbanos e periurbanos, e muitas outras categorias invisibilizadas ou não reconhecidas.

São sistemas de produção agroecológica baseados no uso, manejo e conservação da agrobiodiversidade, como os consórcios, os policultivos, os sistemas agroflorestais, a integração entre a produção animal e vegetal e os sistemas agroextrativistas. Nestes sistemas, a manutenção do patrimônio genético sob domínio e controle dos agricultores e agricultoras, guardiões e guardiãs da agrobiodiversidade é parte fundamental e imprescindível.



Destacamos o papel das mulheres agricultoras, não somente como guardiãs da agrobiodiversidade, mas em todos os processos de produção e comercialização agroecológicos, e a persistência da discriminação em relação às mesmas no tocante ao acesso aos programas e políticas públicas.

Associadas aos sistemas de produção agroecológica, as experiências de captação e conservação da água da chuva, no semiárido mineiro, assim como as iniciativas de comercialização acumuladas pelas organizações do campo agroecológico, contribuem para a autonomia dos/as agricultores/as e demandam políticas públicas que as fortaleçam nessa perspectiva.

Afirmamos como importantes o fomento às iniciativas de terapias alternativas e plantas medicinais, circuitos curtos de comercialização, feiras livres e economia popular solidária, consumo consciente, comunicação popular, e pesquisa pública voltada para agroecologia e agricultura familiar.

É necessário garantir direitos fundamentais como o acesso à educação em todos os níveis, à cultura, ao lazer, às condições de trabalho e renda, e aos bens de consumo para permitir as condições necessárias para que os jovens permaneçam no campo.

Compreendemos que a ausência de uma efetiva reforma agrária e a lentidão na demarcação e titulação dos territórios tradicionais é forte entrave à consolidação e ampliação da agroecologia.

Tendo em vista a necessidade da produção de alimentos saudáveis nas proximidades dos grandes centros urbanos, reforçamos que é fundamental a garantia de espaços produtivos agroecológicos nas diferentes áreas urbanas existentes.

Na última década, houve algumas conquistas em relação ao estabelecimento de programas e políticas públicas que contribuem para a promoção da agroecologia, como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais (Pronat) e, mais recentemente, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Merece destaque no apoio à promoção da agroecologia, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No entanto, estamos vivenciando, neste momento, vários retrocessos, como a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), à revelia de todo o



acúmulo das reflexões realizadas nas Conferências de Ater, e as frequentes ameaças de retirada de direitos dos povos e comunidades tradicionais garantidos na legislação brasileira.

Em Minas Gerais, com a criação e atuação da Subsecretaria de Agricultura Familiar da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SAF/Seapa), houve avanços, notadamente relacionados às modificações e estabelecimento de marcos regulatórios relacionados à agricultura familiar. Nesse sentido, ressaltamos aqui o compromisso assumido pela presidência da Epamig na construção do Programa de Pesquisa em Agroecologia e Produção Orgânica da Empresa, que será construído conjuntamente com Emater-MG, SAF/Seapa, Consea-MG, Via Campesina, ASA-MG, ABA, AMA e Fetaemg. Entretanto, ainda é muita tímida a destinação de recursos pelo governo estadual, o que se reflete na ausência de programas públicos estaduais em apoio à agricultura familiar e à agroecologia.

Tendo o fortalecimento da agricultura familiar e a ampliação da agroecologia como base e referência para a sustentabilidade na agricultura, a segurança e soberania alimentar do povo brasileiro e a vida digna no campo:

- Reivindicamos a criação da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária, com a destinação de recursos, pelo governo estadual, para a viabilização de políticas e programas em apoio à agroecologia.
- Propomos a inclusão da Educação Agroecológica no curriculum escolar desde as etapas iniciais, garantindo, nas disciplinas já existentes, temas como alimentação saudável, ecologia, produção de alimentos sem venenos entre outros relacionados com a Agroecologia.
- Repudiamos a tentativa de desestruturação do PAA, com a criminalização de seus dirigentes, e reivindicamos o lançamento imediato da Chamada Pública de Ater Agroecológica.
- Reivindicamos agilidade no reconhecimento, demarcação e titulação de Territórios Tradicionais, especialmente em relação ao Território Indígena Xacriabá, os Territórios Quilombolas Brejo dos Crioulos e do Gurutuba, a criação das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Nascentes das Gerais e Tamanduá (pleiteado pelo Movimento Geraizeiro do Norte de Minas) e a Recategorização do Parque Nacional das Sempre-vivas (reivindicado pela Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas - Apanhadores/as de Flores Sempre-vivas).



- Reivindicamos que a Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Serra da Gandarela, que visa assegurar a permanência e o modo de vida das comunidades tradicionais, seja criada, juntamente com o Parque Nacional da Serra da Gandarela, garantindo-se os limites definidos a partir das consultas públicas realizadas.
- Exigimos a condenação e prisão imediata de todos os envolvidos no Massacre de Felizburgo, no julgamento a ser realizado no dia 10/10/13 em Belo Horizonte, no Fórum Lafaiete. Que seja feita justiça pelo assassinato dos cinco Trabalhadores Rurais Sem Terra, no município de Felizburgo-MG, em 2004, comandado pelo réu confesso Adriano Chafik e seus 15 pistoleiros, e que a luta pela terra continue a emancipar as famílias que enfrentam o latifúndio neste país. Nesse mesmo sentido, que estas terras sejam desapropriadas para a Reforma Agrária e que as famílias sejam indenizadas.
- Reivindicamos que a Reforma Agrária em Minas Gerais aconteça de fato, considerando os acampamentos e assentamentos já existentes, e repudiamos as ordens de despejo existentes em MG.
- Repudiamos a continuidade da prisão dos quatro quilombolas de Brejo dos Crioulos, Norte de Minas Gerais, acusados, sem provas, de assassinar um pistoleiro que, por muitas vezes, colocou vários moradores do quilombo em situação de insegurança.
- Convergimos também com todas as lutas dos povos que forjam a emancipação humana, com a inclusão da dimensão ecológica da vida, e assumimos, no cotidiano dos nossos territórios e de nossas vidas, o desafio da reconstrução agroecológica da agricultura.

Reconstruir Agroecologicamente a Agricultura!!! Essa luta é Nossa!!!

Belo Horizonte (MG), 02 de outubro de 2013.